

COMENTÁRIOS PEDAGÓGICOS: SÉRIE DE ARTIGOS ESCRITOS POR FILGUEIRAS LIMA PARA O JORNAL “O POVO” EM 1937

Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca¹

Universidade Federal do Ceará – isabelfil@uol.com.br

Joyce Carneiro de Oliveira²

Universidade Federal do Ceará – joyceufc@yahoo.com.br

O trabalho a seguir se propõe a analisar uma série de doze artigos, denominada “Comentários Pedagógicos”, escritos especialmente para o jornal “O Povo”, no primeiro trimestre de 1937, para a página “Educação e Ensino”, hebdomadária, publicada aos sábados. Faz-se mister a contextualização histórica dos artigos para que se possa compreender a vergadura de tais opiniões. O autor dos referidos artigos é Antônio Filgueiras Lima, renomado professor da cátedra de Didática da Escola Normal Pedro II, que ocupou os cargos de Inspetor Regional de Ensino, Diretor de Estatística da Diretoria da Instrução e foi editor-chefe da Revista “Educação Nova”, além de poeta e intelectual dos mais conceituados nas esferas estadual e nacional.

O presente estudo teve início com a coletânea de material sobre o autor para a produção de um livro sobre sua vida e obra educacional³. A pesquisa é de natureza documental e bibliográfica, realizada com bases nos jornais da época, que se encontram microfilmados na Biblioteca Menezes Pimentel e no acervo pessoal do autor. Organizamos a análise desse conteúdo em cinco eixos temáticos que tentam contemplar todo o assunto discutido pelo autor.

A recuperação deste material vem contribuir com as diversas pesquisas feitas em torno da história da educação do Ceará, que teve neste período uma grande participação de intelectuais que disputavam espaços nos jornais para expressar suas opiniões, visto que as discussões pedagógicas enriqueciam o cenário nacional. Neste momento, os “escolanovistas” estavam em plena campanha de disseminação de suas idéias e o Estado do Ceará havia sido um dos estados pioneiro na implantação deste novo ideário com a vinda de Lourenço Filho em 1922.

Inicialmente, o professor viria suprir a carência de professores na cadeira de didática da escola normal Pedro II, e, posteriormente, a convite do então governador Justiniano de Serpa, assumiria a direção da Instrução Pública, dando assim novas orientações e novos ares ao desgastado processo educacional em que se encontrava o Ceará.

No primeiro artigo Filgueiras Lima traz uma explicação sobre os objetivos desta série que seria analisar os as-

suntos pedagógicos, desde a educação pré-primária à Universidade. Esclarece ainda que, utilizaria livros, revistas, leis, decretos, e realizações de ordem pedagógica no âmbito nacional e local, sem deixar de levar em consideração experiências estrangeiras. E acrescenta:

Do mesmo passo, pomo-nos ao dispor daqueles que, por mal informados ou carecidos de cultura mais ampla, desconheçam os modernos processos e concepções didático pedagógicas.

Se esta secção se transformar num campo de discussões úteis e elevadas sobre os problemas vitais do ensino cearense, de modo a ficar claramente assentado o que nos serve e o que não nos convem, ela terá alcançado, de fato, sua verdadeira finalidade. (Jornal “O POVO”, 23/01/1937)

Dando continuidade ao primeiro artigo, o autor faz uma observação sobre a Pedagogia Rural, escolhida por nós como o primeiro eixo temático. Os debates sobre a **Educação no Nordeste**, de modo especial nas áreas rurais, vem trazendo à tona vários aspectos relevantes de necessária deferenciação para a educação urbana. Em outras ocasiões, Filgueiras Lima já havia levantado a necessidade de currículos, arquitetura, formação de professores diferenciados. O objetivo seria de manter o homem no campo dando-lhe condições de crescimento em seu próprio meio. A discussão em torno de assuntos que, de fato, fossem relevantes para o Nordeste já havia sido anteriormente levantada por Filgueiras Lima em seu discurso para educadores sulistas, quando estiveram em Fortaleza para a preparação do VI Congresso de Educação, em 1934.

Esquecer o problema da seca, da açudagem, a irrigação mecânica, o cultivo do algodão e do fumo, em escolas destinadas a instruir crianças sertanejas é não dar o mínimo valor ao papel da escola ‘como elemento de ação e reação conscientes’ no meio social. (CIASCA, 2005, pag.26)

Neste primeiro artigo, o autor examina a Lei estadual Nº 288 de 04 de janeiro daquele ano, no qual o governos se propunha a premiar dois livros que atendessem o ensino rural. A análise focalizava a ambigüidade do texto oficial em que não deixava claro a quais escolas seriam destinados o livros (se para o curso elementar ou para curso superior) e, principalmente, o equívoco cometido com os conceitos de pedagogia e ensino. Na tentativa de corrigir a impreci-

são, o autor define como pedagogia a ciência que estuda o fenômeno educativo e ensino, o conjunto de práticas e medidas baseado naquela ciência.

Ainda nesse eixo temático, localizamos outros três artigos dessa série na qual se discute alimentação escolar, arquitetura, currículo e material didático relacionados com a realidade rural nordestina. Existe uma constatação feita pelo autor de que as obras didáticas voltadas para o ensino rural necessitavam ser ajustadas às nossas condições ‘etno-geográficas’, assim como, os projetos arquitetônicos das escolas rurais, que além do respeito às condições climáticas, deveriam levar em consideração a situação socio-econômica dos educandos, tendo o cuidado de construir prédios que fossem acolhedores e não causassem ‘uma sensação de amesquinamento, quase um complexo de inferioridade’.

Quanto à Alimentação Escolar, ele anuncia que o assunto já acontecia em países como Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e França como matéria de primeiro plano. O enfoque central vem ser a função da escola em nutrir o educando para assegurar-lhe condições básicas que favoreçam atenção, concentração e aprendizagem.

No decorrer das justificativas são claras as influências das teorias higienistas quando se inclui no papel da escola pública alimentar suas crianças. É interessante observarmos que nesse período a escola representa um escopo das medidas governamentais de natureza não só pedagógicas, mas sobretudo, ligadas à saúde e à assistência social. A elaboração dessas medidas partia do próprio sistema educativo e a aplicação voltava para o mesmo. Como um exemplo a ser seguido, o autor aplaude o Governo da Paraíba que havia instituído recentemente o programa “Copo de Leite”.

Muito nos parece que a escola era entendida como um espaço responsável pelo zelo de suas crianças, principalmente, as escolas nordestinas que, na visão do autor, atendiam a populações carentes de instrução e alimentação.

Mais importante que definir para a escola desse tempo (1937), quais deveriam ser suas preocupações é observarmos que foi no ambiente escolar onde surgiu a oportunidade de conhecer e refletir a respeito das realidades que adentravam os muros escolares. Sobre isso o artigo nos traz:

Certa vez, não há muito tempo, visitando um Grupo Escolar do Interior do estado, vimos uma criança desmaiar e cair, em plena aula. Chamado imediatamente um médico, este, ao ver a criança, declarou logo que se tratava de fome. Realmente, após tornar a si, ela confessou que até aquela hora (10 da ma-

nhã) não recebera alimentação nenhuma. E diante de nossa surpresa, acrescentou ingênua: Todos os dias é assim. (Jornal O Povo; 30/01/1937)

Nosso segundo eixo tratará sobre a Educação das Crianças. Faz-se necessário lembrar que essa temática não se concentra apenas nesse eixo, uma vez que ela perpassa por vários artigos do autor referentes à instrução pública.

Em 1937, na Cidade da Criança, localizada no Parque da Liberdade, foi criado pelo então prefeito, Dr. Raimundo de Alencar Araripe, o Serviço de Educação Infantil, que pela manhã funcionava como jardim da infância e a tarde como parque de recreio, atendendo crianças de 7 a 14 anos, com reforço escolar e atividades artísticas como dança, música e modelagem. A direção da escola coube a D. Zilda Martins Rodrigues, diretamente ligada ao Serviço de Educação Infantil, e o jardim-de-infância ficava sob os cuidados da professora Alba Frota. Sobre esse fato, em artigo publicado no dia 13 de março de 1937, Filgueiras Lima tece uma observação quanto à importância dessas atividades serem dirigidas por professores especializados, que conheçam profundamente a psicologia do pré-escolar e as técnicas pedagógicas que melhor se ajustem. Ademais disso, esses mestres precisarão ser dotados de uma grande capacidade afetiva, imaginação fecunda e vivaz, graça pessoal, e do dom por excelência de baixar até as crianças, não para se igualar a elas, como ensina Lay, na sua “Pedagogia Experimental”, mas para estender-lhes a mão e soerguê-las, educando-as.

Há uma alerta para o fato desse espaço não se transformar em privilégio de crianças ricas, distanciando do objetivo de **encontrar em determinados jogos, uma válvula de libertação para as suas angústias e os seus complexos.** (idem).

O terceiro eixo discute sobre o **Trabalho e a Formação do Professor**, tanto o que diz respeito à formação dos professores primários, como também dos secundários e a formação continuada, designada pelo autor como cursos de **aperfeiçoamento**. Em seu terceiro artigo da série, Filgueiras Lima comenta sobre o Congresso de Professoras que estava sendo promovido, naquele momento, pelo Departamento Geral de Educação. Ele expõe sua preocupação de que esse evento garantisse uma coerência com as idéias que vinham surgindo e sendo promovidas desde a Reforma de 1922.

A pedra de toque nesse caso, não é, especificamente, o Congresso realizado. Mas sim, a oportunidade de tentar acompanhar uma mudança que pretendeu imprimir na instrução pública novos sentidos de acordo com os ideais da

escola nova. As orientações eram feitas durante as Semanas Pedagógicas:

A originalidade dessas semanas educacionais estava em que, para as reuniões diárias, era escolhido um dos grupos escolares da capital. Estabelecia-se, por esse meio, um contacto mais íntimo entre professores dessas casas de educação, pelo conhecimento direto de seus ambiente de trabalho, o que determinava uma ação conjunta e harmônica à testa da renovação escolar que então se agitava e promovia.

Essas práticas sinalizam que as mudanças não ocorreram de maneira pontuais e estanques, como encontramos em parte da literatura a respeito. É verdade que Lourenço Filho não permaneceu no Estado para amadurecer as sugestões da Reforma, no entanto, o sistema educativo não caminhava na inércia, pois de acordo com o artigo, havia uma certa preocupação de seguir um planejamento e também um acompanhamento nas iniciativas voltadas para a formação do professorado. No documento que consta as diretrizes da Reforma de 1922 é clara a intenção de promover momentos onde fossem discutidas e divulgadas as questões pedagógicas mais oportunas. (Art. 149, Lei nº 1953/22).

Como já anunciamos, o autor também ressalta a urgência de se pensar a respeito da formação dos professores de ensino secundário, tomando como exemplo a iniciativa do estado de São Paulo que decidiu criar uma Escola Normal para cuidar da formação dos professores desse nível de ensino.

Há uma afirmação no artigo que, salvo algumas exceções, os professores em exercício nas escolas secundária seriam indivíduos que **falharam em todas as carreiras, até mesmo na carreira política** e que **não se lhes exige mais que um certo embotamento moral e lisa ignorância da matéria que se propõe ensinar**. No momento da contratação, muitas vezes, a escola cometia o erro de não solicitar títulos que comprovassem a devida formação ou a **capacidade didática**. Além de serem **professores que desconhecem redondamente a psicologia do adolescente e os modernos processos metodológicos**. E continua:

A grande maioria constitui-se de indivíduos que não compreendem porque a cabeça está colocada acima do estômago. Fantasiados de professor, fazem da cátedra um balcão e do ensino a mais desvalorizada das mercadorias. (O Povo, 17/04/1937).

O intelectual enfatiza que **enquanto se fizer do ensino público um campo para demonstrações de prestígio político**, a educação retrocederá. Ele elogia a luta que Padre Arlindo Vieira encampou em prol da moralização do ensino secundário no Brasil, sensibilizando o próprio Ministério da Educação a apoiá-lo. Como educador e poeta, o autor faz uso de um soneto de Olavo Bilac, os ‘Matuyús’⁴, para metaforizar os caminhos tomados pelos técnicos em educação. E conclui que os **“Matuyús” modernos, piores do que os antigos, estão à frente da parte mais delicada do país, daquela em que repousam as maiores esperanças: a mocidade**. (O Povo, 06/03/1937).

Ainda nesse eixo temático, Filgueiras Lima faz uma crítica aos novos programas escolares organizados pelo Departamento de Educação em março de 1937. A crítica circula em torno **do caráter predominantemente intelectualista dos mesmos**. Enfatizando:

Quando, por toda parte, se vai procurando adotar um programa mínimo, como alicerce para um programa de adaptação e de desenvolvimento, baseado na autonomia do mestre, nas condições do meio e na psicologia da criança – por que, a título de renovação, impormos a adoção, nos Grupos Escolares, de programas recheiados, enciclopédicos, discriminados, numa palavra, inexequíveis? (O Povo, 27/03/1937).

As restrições aos programas seguem ainda em direção à leitura silenciosa considerada inviável para as mestras, principalmente, do meio rural, por não terem recebido em sua formação subsídios suficientes que garantissem o domínio das **novas técnicas didáticas**. Essas professoras, ignorando os fundamentos higiênicos, didáticos, sociais e psicológicos, estariam praticando **a escola nova pelo avesso**.

Como quarto ponto a discutir, elegemos o eixo **Livro Didático**, assunto tratado com desvelo pelo autor. Em um dos principais artigos sobre o tema, Filgueiras cita a Biblioteca Pedagógica da Companhia Melhoramentos de São Paulo que reúne obras de caráter científico, mas também

outras de caráter didático, para os cursos primários, secundários e superior. Se nem todas essas obras se apresentam isentas de falhas higiênicas e metodológicas, o que é certo é que valem pelo mais positivo dos atestados da capacidade intelectual dos brasileiros. (O Povo, 27/02/97).

Há um grande destaque para o livro de Newton Cra-veiro, 'João Pergunta', que para o autor representou **o primeiro e vitorioso passo da literatura escolar do nordeste**. Em seguida, faz referência à obra "História do Ceará", de Cruz Filho, que por ser autor cearense deveria ter sido **mais carinhosamente acolhido em nosso meio**. Muito embora Filgueiras reconheça **alguns defeitos didáticos, como, por exemplo, linguagem por vezes acima da capacidade infantil, distribuição de matéria pelo método regressivo e falta de conteúdo emocional** (idem).

Ao invés de produzir apenas críticas, Filgueiras sugere, na mesma ocasião, um estudo mais amíu-de para que através de sugestões fosse possível melhorar a obra **notável pela pureza vernácula e pela veracidade histórica**. Como proposta, o intelectual reproduz ao lado do artigo, um inquérito pedagógico⁵ com vários questionamentos em torno do livro 'João Pergunta' e 'História do Ceará'.

No artigo 'O Livro que nos falta', o autor fez referên-cia ao concurso promovido pela Liga da Defesa Nacional para eleger o melhor livro de leituras brasileiras, pois acredita que a exemplo do título do artigo não existia no Brasil, nes-ta ocasião, alguma obra que despertasse a consciência cí-vica dos alunos nos moldes do livro 'O coração' (uma tradução da obra do italiano Edmundo Amicis).

Para Filgueiras era necessário um livro que tivesse como finalidade suprema: **enraizar a criança em seu meio, enchendo-lhe o coração e o espírito do esplendor de sua terra e do afeto de sua gente**. Ao mesmo tempo ele acredita que este livro surgirá, já que **O Brasil é um viveiro de talentos, que estão apenas a espera de um estímulo para alcandorar-se de remígios de pensamento e de arte**. (Jornal O Povo, 03/04/37).

Diante do que foi produzido por Filgueiras Lima, fica claro o lugar de importância que o livro ocupava. Na verda-de, funcionava como um descortinador de horizontes que permitia ao professor uma melhor forma de conduzir o de-senvolvimento de seus alunos.

O último eixo temático, porém não menos importan-te, vem ser aquele que discutirá a **Pedagogia dos Cegos**, termo utilizado pelo próprio autor para falar da relevância social e pedagógica que o assunto contém. Portanto, narra um pequeno histórico da escola para cegos, criada em Pa-ris, por volta do século XVIII por Valentim Hay. Posterior-mente, a idéia foi reproduzida em toda Europa e, muito depois, nos Estados Unidos.

Na época em que o artigo foi publicado, estava sen-do divulgado o método de outro francês chamado Luis Braille

que consiste no ensino do idioma por meio de seis pontos hemisférico (::), cuja variação permite representar sessenta e três desenhos diferentes e, por meio deles, todas as letras do alfabeto, os sinais ortográficos, as cifras e até as notas musicais.

Embora sendo um método interessante, Filgueiras faz a observação de que este servia, apenas, **para as relações dos cegos entre si e para a impressão de seus livros, baseados na sensibilidade táctil**. O que levava às pessoas de **visita normal**, usarem uma escrita chamada **Heboldt**, que trazia o poder de escolher a escrita em caracteres comuns, embora impedisse os cegos de realizar tal leitura. E ressalta:

Outro ponto muito importante também é a formação do profissional dos que vivem imersos na noite da cegueira. Desfez-se o preconceito da absoluta incapacidade dos que não vêem, tidos ainda, por muitos, como seres inferiores, irremissivelmente condenados à ignorância, à miséria e ao abandono. (O Povo, 10/04/1937).

Urge a necessidade de apontarmos a sensibilidade do autor no momento de sua constatação de que a **psicologia dos meninos cegos difere, radicalmente dos escolares normais**. E continua afirmando que **A pedagogia desta classe de crianças utiliza-se, em grande escala, dos jogos, danças rítmicas, ginásticas, trabalhos manuais, cânticos e música**.

Conclusão

Foi extensa a publicação de Filgueiras Lima, tanto para a literatura quanto para a educação. Outros artigos foram escritos antes e depois desse período, com as mesmas preocupações e comprometimento. Nesse trabalho procuramos pontuar uma de suas contribuições com o objetivo de abrir caminhos para outros estudos que se detenham, aos fatos, aos sujeitos, ao período em que a seguir expomos uma tabela com a seqüência das publicações e suas palavras-chaves que apontam a idéia central:

Palavra-chave	Data de publicação
Pedagogia Rural	23/01/37
Alimentação escolar	30/01/37
Congresso de Professores	06/02/37
Educação Nordestina	13/02/37
Continuação de Educação Nordestina	20/02/37
Livros Didáticos	27/02/37

Pela moralização do ensino secundário	06/03/37
Cidade da Criança	13/03/37
Novos Programas Escolares	27/03/37
O livro que nos falta	03/04/37
Pedagogia dos Cegos	10/04/37
Formação do Magistério Secundário.	17/04/37

Podemos observar a diversidade de assuntos que foram apontados e, embora, sendo curtos eles mostram uma profundidade de conhecimento, seriedade e criticidade ao serem abordados.

Referências Bibliográficas

- ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- CIASCA, M.I.F.L. **Filgueiras Lima**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.
- NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2001.
- FILGUEIRAS LIMA, Antônio. **Educação Nova**. Revista Pedagógica. Número 1. Fortaleza. Junho de 1932.

NOTAS

¹ Professora adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Ceará com doutorado em educação brasileira pela mesma universidade.

² Mestranda em educação brasileira pela Universidade Federal do Ceará, bolsista CAPES

³ CIASCA, M.I.F.L. **Filgueiras Lima**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

⁴ Monstros que possuíam os pés virados para trás.

⁵ Publicado em junho de 1932, na Revista Escola Nova, sob os auspícios da Diretoria da Instrução Pública, tendo como redator – chefe Antônio Filgueiras Lima.